



Ata da 27ª Reunião Plenária Ordinária – Gestão 2021-2023 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

1 Às nove horas do trigésimo dia de março do ano de dois mil e vinte e três, em São Paulo
2 - SP, teve início a Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e
3 Urbanismo de São Paulo – Gestão 2021-2023, sob a direção da Presidente do CAU/SP
4 **CATHERINE OTONDO. ORDEM DOS TRABALHOS:** I. Verificação do quórum; II. Execução
5 do Hino Nacional Brasileiro; III. Leitura e discussão da pauta; IV. Discussão e aprovação
6 da ata da 26ª reunião plenária ordinária; V. Apresentação de comunicações: a. da
7 Conselheira Federal representante do Estado de São Paulo; b. do Colegiado das
8 Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas; c. da Ouvidoria; d. dos Coordenadores
9 das comissões permanentes; e, e. da Presidente. VI. Comunicados dos conselheiros; VII.
10 **ORDEM DO DIA:** 1. RGI e Prestação de contas 2022 (Origem: CPFi-CAU/SP) - REGIME DE
11 URGÊNCIA. 2. Processo de Fiscalização do Exercício Profissional no 1000067992/2018 -
12 Conselheira relatora Sandra Aparecida Rufino - Pedido Vista da Conselheira Andreia
13 Ortolani (Origem: CEP-CAU/SP). 3. Acordo judicial IAB – Pedido de Vista do Conselheiro
14 José Roberto Geraldine Jr. (Origem: PRES-CAU/SP, CD-CAU/SP, CPFi-CAU/SP). 4.
15 Prorrogação CTVP-Reserva Técnica (Origem: CED-CAU/SP). 5. Manifestação do CAU/SP
16 sobre a formação do arquiteto e urbanista (Origem: CEF-CAU/SP). 6. Nota técnica CEP-
17 CAU/SP: Orientações sobre responsabilidades técnicas nos processos de aprovação. 7.
18 Calendário de reuniões 2023 (Origem: CD-CAU/SP). 8. Protocolo de denúncia
19 1519576/2022 (Origem: CED-CAU/SP). VIII. ASSUNTOS GERAIS: I. Lançamento da Revista
20 Móbile #25 e apresentação da Campanha de Valorização Profissional do CAU/SP. A lista
21 de presença foi assinada por sessenta e um participantes, dos quais cinquenta e oito
22 conselheiros titulares e três suplentes de conselheiros no exercício da titularidade,
23 sendo estes as senhoras e senhor: Claudia Andreoli Muniz, Helio Hirao e Maria Ermelina
24 Brosch Malatesta. Iniciando a plenária, a presidente **CATHERINE OTONDO**, cumprindo
25 o **ITEM I. Verificação do quórum**, confirmou o quórum regimental como suficiente para
26 início dos trabalhos. Após a **execução do Hino Nacional Brasileiro (ITEM II)** a presidente
27 passou ao **ITEM III. Leitura e discussão da pauta** informando que o item VI da Ordem
28 dos Trabalhos – Comunicados dos conselheiros ficaria para o final da pauta. Estando
29 todos de acordo, iniciou o **ITEM IV. Apresentação de comunicações: a. da Conselheira**
30 **Federal representante do Estado de São Paulo** – a conselheira suplente representante
31 do CAU/BR **HELENA APARECIDA AYOUB SILVA** destacou que o CAU/BR assinou acordo
32 de cooperação com o governo da Alemanha e com o Colégio de Arquitetos da Alemanha
33 e que na última plenária houve algumas aprovações importantes: uma foi a prorrogação
34 da vigência da Comissão Temporária de Políticas Afirmativas, por mais seis meses; e, a
35 aprovação da delegação para representação do CAU na UIA 20/23, em Copenhague -
36 além da presidente irão três conselheiros federais, um representante do Fórum de
37 Presidentes e um representante do CEAU, de 2 a 6 de julho. Ela também falou sobre a
38 presença do CAU na Marcha dos Prefeitos de 27 a 30 de março, onde a divulgação do
39 papel do arquiteto foi muito importante. A presidente **CATHERINE OTONDO** passou
40 então ao item **IV. Discussão e aprovação da ata da 26ª reunião plenária ordinária** que
41 contou com a aprovação por aclamação da plenária. E seguiu ao item **V. Apresentação**



42 **de comunicações: c. da Ouvidoria** com o ouvidor do CAU/SP, **RICARDO SILOTO DA**
43 **SILVA** que informou que nos dois primeiros meses do ano a Ouvidoria teve 80
44 atendimentos, dos quais foram concluídos até o fim de março 77. Quanto aos motivos
45 dos atendimentos os principais foram relativos à informação, reclamação e solicitação.
46 O ouvidor esclareceu, ainda, que os assuntos mais referidos foram sobre anuidade e
47 registro profissional e que as áreas mais demandadas, sendo que a maioria das
48 demandas foram resolvidas diretamente pela Ouvidoria, foram o financeiro, da carteira
49 profissional e o CAU/BR. Por fim, ele pontuou que o tempo de resposta foi de 2,8 dias
50 úteis para todos os atendimentos e os que foram diretamente feitos pela Ouvidoria
51 demandaram 0,71 dias úteis, cumprindo a meta de não ultrapassar 10 dias úteis.
52 **RICARDO SILOTO DA SILVA** ainda fez alguns destaques rápidos, dizendo que a gestão da
53 Ouvidoria completou em março seu primeiro ano de mandato e que nesse período
54 investiu na reestruturação do setor, na elaboração da minuta para regulamento da
55 Ouvidoria, em discussão nas Comissões, na padronização dos atendimentos e
56 sistematização de procedimentos, inclusive da análise dos dados decorrentes das
57 demandas e teve participação ativa na montagem da Rede de Ouvidorias do CAU
58 (RENOUV). Ele ainda parabenizou a participação do CAU na Marcha dos Prefeitos para
59 mostrar o potencial dos arquitetos e urbanistas e as interfaces de trabalho junto às
60 prefeituras. A presidente do CAU/SP passou então ao **ITEM IV. Apresentação de**
61 **comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes** a coordenadora da
62 **CEP, FERNANDA MENEGARI QUERIDO**, destacou que Comissão vem trabalhando na
63 reanálise do edital de fomento para capacitação para o CAU/SP e que realizou o IV
64 Fórum de Coordenadores das CEPs UFs, evento que acontece desde 2022 e que trata de
65 questões relativas ao exercício profissional e atuação das CEPs em todo o País. No
66 evento, segundo ela, foi formada nova comissão organizadora para a realização de mais
67 quatro eventos similares, inclusive junto ao Fórum de Presidentes. Ela ainda informou
68 que na Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos a CEP teve
69 discussão importante sobre a tabela de honorários e finalizando a coordenadora
70 afirmou que a Comissão está atuando junto à residência técnica, com orientações
71 técnicas sobre emissão de RRT para esses residentes já formados e que pretende que os
72 editais de fomento de atuação e exercício profissional, no campo de Athis, também
73 façam essas orientações, disseminando informação e orientando os profissionais sobre
74 emissão de RRT. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das**
75 **comissões permanentes** **ROSSELLA ROSSETTO**, coordenadora da **COA**, disse que ela e a
76 coordenadora adjunta estiveram na reunião regional da COA em Florianópolis e que os
77 temas trabalhados foram intervenção do BR em unidades da Federação que não
78 cumprem a lei ou que apresentem problemas; perda de mandato de conselheiros,
79 matéria que a COA/SP enviou como contribuição; manual de conduta para conselheiros
80 e membros dos colegiados do CAU; planejamento estratégico; e, a implantação do CEI.
81 **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões**
82 **permanentes** pela **CF** a coordenadora **ANGELA GOLIN** disse não ter nada a
83 complementar além do relatório enviado. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d.**
84 **dos Coordenadores das comissões permanentes** pela **CED**, a coordenadora adjunta
85 **NALLIGIA TAVARES DE OLIVEIRA TAVARES** destacou que coordenadora da Comissão



86 participou do treinamento técnico realizado na CED/BR, no início do mês, e que tratou
87 de alterações na Resolução 143 de 2017. A CED também, de acordo com ela, juntamente
88 com a Supervisão de Processo Éticos, a Coordenação de Fiscalização e a SGO, trabalhou
89 em ajustes de procedimentos relacionados ao encaminhamento de denúncias éticas à
90 CED, tendo em vista a vigência da Resolução 198, que trata da fiscalização e de alguns
91 prazos e regras que foram alterados na Resolução 143, e que tais medidas já foram
92 adotadas. A coordenadora adjunta informou que a primeira reunião ordinária de abril
93 será realizada no escritório de Bauru e que a segunda reunião ordinária seguirá sendo
94 virtual. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões**
95 **permanentes** pela CPFi a coordenadora **RENATA ALVES SUNEGA** disse que foram
96 enviadas as notificações do lançamento tributário para 47 mil pessoas físicas, de um
97 universo de 70 mil arquitetos ativos, e que foram encaminhadas apenas para os
98 arquitetos que não pagaram à vista - ou parcelaram ou não pagaram a anuidade - e para
99 todas as empresas. Segundo ela, anteriormente esses informes eram feitos pelos
100 Correios, com aviso de recebimento, e a CPFi encontrou uma forma, aceita pelo jurídico,
101 de envio por email com comprovação de leitura e foi comprovado que 62% de todos os
102 emails foram recebidos e devidamente abertos pelos destinatários, e que o
103 procedimento serve como prova de que a notificação foi feita. A medida, de acordo com
104 a coordenadora, vai refletir em economia para o CAU/SP de 788 mil reais e essa verba
105 vai para reprogramação. A notificação, que é apenas uma notificação da anuidade de
106 2023, fala sobre as datas de pagamento e sobre os descontos, apresentando também
107 um caráter informativo muito importante. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d.**
108 **dos Coordenadores das comissões permanentes** pela CEF, a coordenadora **ANA LUCIA**
109 **CERAVOLO** destacou a deliberação 326, aprovada em março, que limita o atendimento
110 das solicitações das instituições de ensino que não possuem coordenadores cadastrados
111 no CAU. Segundo ela, todas serão atendidas, para não prejudicar os estudantes, mas
112 serão levados temas institucionais, fundamentais para a inserção dentro do Conselho.
113 Ainda no início de março a coordenadora disse que representantes da CEF participaram
114 do Quinto Encontro de Coordenadores da CEF, promovido pela CEF/BR em Brasília, onde
115 foram apresentadas as últimas ações para enfrentamento do contexto com cerca de 900
116 instituições de ensino, além de cerca de 200 instituições em EAD e as orientações foram
117 para que sejam equalizadas as análises de alunos egressos de cursos à distância. **ITEM**
118 **IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes**
119 pela CPUAT, **MONICA ANTONIA VIANA**, coordenadora, destacou que a Comissão está
120 organizando um debate virtual, previsto para dia quatro de abril, sobre as recorrentes
121 tragédias anunciadas ocorridas nas áreas de risco, em especial as do litoral de São Paulo,
122 em parceria com a Rede Br Cidades da Baixada e com a participação da CATHIS e da
123 CTTIC, onde serão trazidos especialistas para falar sobre o assunto e dar voz aos
124 moradores e lideranças dessas áreas para estabelecer um debate e tirar propostas e
125 alternativas, principalmente com a participação de arquitetos e urbanistas, para o qual
126 estão todos convidados. Quanto ao CAU Educa a coordenadora informou que estão em
127 fase de habilitação os seis projetos selecionados pela Comissão de Avaliação, dentre os
128 15 inscritos, e que os contratos devem ser assinados em maio. A CPUAT também
129 participará do Fórum SP 23 sobre o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, na comissão



130 científica e de três palestras em instituições de ensino sobre a agenda ambiental, com a
131 participação dos arquitetos e urbanistas. Também a Comissão encaminhou
132 contribuições para o edital de Athis. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos**
133 **Coordenadores das comissões permanentes** pela **CRI**, a coordenadora **MARCIA MALLET**
134 **MACHADO DE MOURA** disse que a Comissão realizou a visita ao Museu do Ipiranga que,
135 no entanto, não contou com grande participação, mas que as visitas permanecem
136 abertas. Ela informou que a Comissão também participou da Marcha dos Prefeitos em
137 Brasília e o estande do CAU atendeu cerca de 10 mil pessoas em dois dias, entre
138 prefeitos e vereadores, principalmente de cidades do interior da Bahia, Tocantins e
139 Piauí, cuja maioria não sabia da existência do CAU. A coordenadora destacou que a CRI
140 deliberou apoio à Expo Construção Offsite, a ser realizada no sambódromo do Anhembi,
141 e que foi oferecido um estande para divulgação do CAU, ação apoiada pela Comissão.
142 Ela ainda solicitou a produção, pelo CAU/SP, de cartões institucionais para que sejam
143 utilizados pelos representantes das Comissões nesses eventos e que gostaria de
144 elaborar um protocolo, junto com o pessoal de eventos, para organizar mais o
145 atendimento em eventos, como o do Fórum da CEP. **ITEM IV. Apresentação de**
146 **comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes** pela **CDP**, a
147 coordenadora adjunta **MARCIA HELENA SOUZA DA SILVA** destacou a participação no
148 Fórum das CEPs, cujo informe foi dado pela conselheira **ANA PAULA PRETO RODRIGUES**
149 **NEVES** que disse ter havido uma apresentação sobre o estágio da calculadora social e
150 sobre as colaborações trazidas pela CDP no projeto, e que espera que consigam
151 prosseguir com o trabalho para que se tenha o entendimento nacional sobre o quanto
152 custa o serviço do arquiteto. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos**
153 **Coordenadores das comissões permanentes** pela **CPC**, a coordenadora **VANESSA**
154 **GAYEGO BELLO FIGUEIREDO** compartilhou o lançamento do Segundo Manual de
155 Orientação Profissional ao projeto de restauro e conservação, já disponível no site como
156 ebook e que em breve estará impresso, com uma live a ocorrer dia 13 de abril para o
157 lançamento, e pediu a divulgação dos links. Ela também informou que a Comissão tem
158 recebido convites para palestras sobre os conteúdos dos dois Manuais, o primeiro que
159 trata de orientação de políticas municipais de patrimônio e o segundo sobre projetos de
160 restauro, de Conselhos de Patrimônio, de Prefeituras e de escolas e que a CPC está se
161 organizando para fazer o atendimento, e complementou dizendo que outras revistas da
162 área de patrimônio republicaram os manuais no Brasil todo. **ITEM IV. Apresentação de**
163 **comunicações: d. dos Coordenadores das comissões permanentes** pela **CATHIS**, a
164 coordenadora **FERNANDA SIMON CARDOSO** destacou que a minuta do edital de Athis
165 já foi aprovada, com contribuições de diversas Comissões e do público, mediante
166 consulta pública, e será lançado em abril, com o objetivo de promover melhores
167 condições de saúde e habitabilidade para a população que vive em situação vulnerável.
168 O tema edital, segundo a coordenadora, derivou do anterior que trabalhava o conceito
169 de risco de vida a que a população de baixa renda fica submetida, por viver em áreas
170 ambientalmente frágeis. Ainda nessa linha, ela informou que a Comissão participou do
171 I Seminário de Assistência Técnica Práticas em Athis para áreas de risco, no município
172 de Franco da Rocha, organizado pelo Instituto Soma, que recebeu fomento do CAU,
173 junto com a prefeitura municipal e que o evento teve grande impacto político na região,



174 com auditório lotado. **ITEM IV. Apresentação de comunicações: d. dos Coordenadores**
175 **das comissões permanentes** pela CCom, a coordenadora adjunta **ELENA OLASZEK**
176 apenas lembrou que ao final da plenária haverá duas entregas importantes que são a
177 Mobile e a Campanha de Valorização Profissional. **ITEM IV. Apresentação de**
178 **comunicações: e. da Presidente, CATHERINE OTONDO** informou que a presidência
179 esteve nas reuniões do CSC - Centro de Serviços Compartilhados, onde está o Siccau,
180 para implementação do módulo da 198 e que agora entrarão no módulo de RRT. Ela
181 ainda complementou dizendo que existe um trabalho, exigido pelo Fórum de
182 Presidentes, de que se estabeleça uma forma contratual para a transferência de
183 recursos dos CAUs/UFs para o CSC. O fundo de apoio também traz novidades, de acordo
184 com a presidente, pois como é sabido muitos CAUs não conseguem recursos próprios
185 para sua manutenção e existe uma política redistributiva, mas o que se propõe agora é
186 a criação de um fundo comum para projetos, para que outros CAUs possam se
187 desenvolver e não só pagar suas contas. No Fórum de Presidentes, que tem se
188 constituído como colegiado permanente do CAU, foram discutidas questões de
189 softwares livres e das gerências de gabinete. Juntamente com o CEAU a presidente
190 destacou que está sendo organizada uma visita à Assembleia Legislativa, às Comissões,
191 para levar os temas propostos na Carta elaborada pelo Conselho. Ela também participou
192 de café da manhã, promovido pelo Banco do Brasil, onde houve troca de experiências
193 com representantes de outros conselhos profissionais e com a Secretária de Segurança
194 Pública, Elza Paulino, quando conversaram sobre como segurança pública e arquitetura
195 têm tudo a ver e que houve convite da secretária para um café e tratar de possível
196 convênio. Nas visitas institucionais foi feita reunião com o Secretário Municipal
197 Fernando Chucre e com a Secretária de Gestão de Pessoas, Marcela Arruda, que
198 também ficou muito interessada nos profissionais de arquitetura e urbanismo, porque
199 precisam de uma equipe de arquitetos para trabalhar nos locais onde a secretaria atua,
200 e a presidência do CAU/SP está tentando viabilizar uma parceria. Sobre o concurso de
201 arquitetura, a presidente afirmou que o CAU/SP avançou e mostrou ser possível fazer
202 um concurso público em patrimônio tombado e por uma autarquia, e que o Conselho
203 pensa em fazer um Manual, para distribuir às prefeituras para que essa modalidade de
204 contratação seja mais difundida. Passou então a presidente à **VII. ORDEM DO DIA: 1.**
205 **RGI e Prestação de contas 2022 (Origem: CPFi-CAU/SP) - REGIME DE URGÊNCIA.**
206 Segundo **CATHERINE OTONDO**, como é sabido o RGI, que é a prestação de contas,
207 envolve a participação de todas as Comissões e de quase todos os funcionários do
208 CAU/SP, e a apresentação foi feita pela conselheira **RENATA ALVES SUNEGA**,
209 coordenadora da CPFi, e pela Sra. Vanessa, da gerência financeira. A conselheira iniciou
210 a apresentação do documento, que segue o modelo de relatório do TCU, alertando que,
211 seguindo a normatização do TCU o RGI deve estar publicado no portal da transparência
212 do CAU/SP até o último dia do mês de março. Ela ainda destacou que todo o material
213 qualitativo, que consta no relatório, foi enviado pelas áreas e não resultado de
214 levantamento feito pela área de finanças – o material é enviado pela área, consolidado
215 e reencaminhado para validação da área responsável. Destaque foi dado pela Sra.
216 Vanessa à gestão orçamentária, em especial ao superávit, em sua apresentação. Finda
217 a apresentação a presidente abriu para inscrições. A conselheira **LEDA MARIA**



218 **LAMANNA FERRAZ ROSA VAN BODERGRAVEN** fez uma solicitação para que seu nome
219 também conste do RGI, já que o relatório é relativo a 2022 e nessa época ela ainda era
220 adjunta, o que a presidente do CAU/SP considerou justo. A conselheira **ANA LUCIA**
221 **CERAVOLO** parabenizou e destacou a forma didática da apresentação em que foi
222 possível observar a quantidade de ações e atividades que todas as comissões e áreas
223 técnicas do CAU/SP realizaram, e a reflexão para que os recursos sejam cada vez melhor
224 aplicados. Aproveitando, a conselheira **RENATA ALVES SUNEGA** informou que a CPFi já
225 iniciou a reprogramação de recursos, considerando o superávit, e pediu que as
226 Comissões já comecem a análise de reprogramação, cujo cronograma já foi recebido do
227 CAU/BR. A conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** observou que apesar
228 de a CRI não constar do relatório ela utilizou 80% de seus recursos e perguntou para
229 quem iriam os aportes extraordinários mencionados na apresentação, sobre o que a
230 presidente **CATHERINE OTHONDO** respondeu que está pensando em dedicar à questão
231 do patrimônio digital, numa boa nuvem, devido ao rápido crescimento do CAU/SP,
232 porque demanda recursos enormes e que vêm entrando em recursos de rotina. A
233 conselheira **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** disse concordar e que inclusive o
234 CAU/SP deveria ter uma plataforma própria de Siccau. Apenas também respondendo, a
235 conselheira **RENATA ALVES SUNEGA** informou que a CRI consta da página 92 do
236 relatório e que executou 78%. A conselheira **DEBORA TOGNOZZI LOPES** parabenizou o
237 excelente trabalho e disse que fica feliz quanto ao desejo de investimento em tecnologia
238 e levantou outra questão sobre as sedes regionais, ressaltando que na sua regional é
239 necessário, para que o CAU seja um local de encontro de profissionais, e que gostaria de
240 saber se tem alguma previsão quanto a isso. A presidente **CATHERINE OTONDO**
241 respondeu que o gerente das regionais tem um planejamento sobre o assunto e que a
242 ideia é que toda regional tenha sua casa da arquitetura. O conselheiro **JOSÉ ROBERTO**
243 **GERALDINE JUNIOR** observou que, na sua opinião, aplicar 1,3% dos recursos nas
244 questões relativas à ética profissional está aquém do que seria esperado e o outro
245 questionamento foi com relação aos números de relatórios de fiscalização produzidos
246 no CAU/SP e se há um comparativo com outras unidades da federação, tendo em vista
247 que há um investimento expressivo de recursos na fiscalização e é assim que tem que
248 ser, porque mais de 30% dos recursos estão no estado de São Paulo. Outra questão
249 abordada por ele foi sobre a importância de determinar recursos com mais afinco, com
250 relação à aplicação do superávit do CAU/SP, para a aquisição das regionais já que este
251 projeto já existe há alguns anos. A conselheira **ANGELA GOLIN** complementou a
252 resposta ao conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE JUNIOR** com relação à questão dos
253 números, informando que foi apresentado na última plenária as atividades da
254 fiscalização, onde foram colocados os números do ano passado e a evolução da
255 fiscalização nos últimos três anos, e que concorda com o conselheiro que há um volume
256 de recursos que estão caindo como fiscalização e que precisam ser revistos. No entanto,
257 ainda de acordo com ela, também não há como fazer um comparativo com outros
258 estados, porque não existem indicadores iguais para todos os estados, não existe ainda
259 uma formatação, e que ela considera importante que o CAU/BR mantenha uma equipe
260 perene que trate da fiscalização, com pessoas que estarão sempre estudando e
261 atualizando a questão, para que o Brasil inteiro possa ter indicadores iguais. A



262 presidente **CATHERINE OTONDO** complementou que no Fórum de Presidentes a
263 questão tem sido pensada e tida como importante, inclusive com a possibilidade da
264 criação de uma agência de fiscalização no CAU/BR, que aglutine as informações, já que
265 é preciso enfrentar a questão da fiscalização nas questões urbanas, para a qual não se
266 tem ferramentas, e agora a fiscalização das instituições de ensino, em relação aos seus
267 programas político-pedagógicos sobretudo nos polos institucionais que estão em mais
268 de uma cidade. Ou seja, segundo ela, a educação e o urbanismo exigem que sejam
269 construídos parâmetros de fiscalização que vão além. A conselheira **RENATA ALVES**
270 **SUNEGA** fez a leitura da deliberação e abriu para votação, que contou com 56 votos a
271 favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. **VII. ORDEM DO DIA: 2. Processo de**
272 **Fiscalização do Exercício Profissional no 1000067992/2018 - Conselheira relatora**
273 **Sandra Aparecida Rufino - Pedido Vista da Conselheira Andreia Ortolani (Origem: CEP-**
274 **CAU/SP)** a presidente do CAU/SP perguntou se havia alguém impedido de voto na
275 matéria e em não havendo pediu a leitura do voto do primeiro processo original, em
276 seguida foi feita a leitura do parecer, considerações e voto da conselheira relatora
277 SANDRA RUFINO. **CATHERINE OTONDO** solicitou então a leitura do pedido de vistas da
278 conselheira ANDREIA ORTOLANI e explicou que a votação seria entre o pedido de vistas
279 da conselheira Sandra Rufino e o da conselheira Andreia Ortolani. Feita a leitura do
280 parecer e considerações e voto a presidente perguntou se havia algum pedido de
281 esclarecimento. A conselheira **MONICA ANTONIA VIANA** manifestou dúvida quanto à
282 possibilidade de não recurso recomendada no parecer. E a conselheira **FERNANDA**
283 **MENEGARI QUERIDO** esclareceu que o processo já está em grau de recurso e por isso a
284 sugestão de manter o voto do conselheiro relator no processo original. A presidente
285 colocou então em votação entre o primeiro e o segundo voto do pedido de vistas, que
286 contou com quatro votos a favor do relato da conselheira Sandra Rufino e 47 para o
287 relato da conselheira Andreia Ortolani e pediu a leitura da minuta de deliberação. A
288 votação da deliberação contou com 50 votos a favor, nenhum contra e nenhuma
289 abstenção. Retomada a plenária após intervalo de almoço, foi verificado o quórum
290 regimental pela presidente e seguiu-se à **VII. ORDEM DO DIA: 3. Acordo judicial IAB –**
291 **Pedido de Vista do Conselheiro José Roberto Geraldine Jr. (Origem: PRES-CAU/SP, CD-**
292 **CAU/SP, CPFi-CAU/SP)** sobre o qual a presidente esclareceu que a deliberação se daria
293 sobre a realização do acordo judicial entre o CAU/SP e o IAB e fez a leitura do histórico
294 da matéria e da minuta original do termo de acordo. Em seguida o conselheiro **JOSÉ**
295 **ROBERTO GERALDINE JUNIOR** fez a leitura do relatório e voto do pedido de vistas.
296 Considerando ser o tema de extrema importância e que exige o encaminhamento de um
297 acordo, a conselheira **VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO** pediu vistas do processo
298 de acordo. Tendo em vista o pedido de vistas a presidente solicitou a retirada da matéria
299 e informou que a conselheira tem 30 dias, até a próxima plenária, para elaborar seu voto
300 e parecer. Passou então à **VII. ORDEM DO DIA: 4. Prorrogação CTVP-Reserva Técnica**
301 **(Origem: CED-CAU/SP)** sobre o qual a presidente informou que Comissão fez um pedido
302 de prorrogação de seus trabalhos e pediu a leitura da deliberação. O conselheiro **VICTOR**
303 **CHINAGLIA JUNIOR** se manifestou preocupado sobre a penalização de profissionais ou
304 de sua taxaçoão como bandidos pelo código de ética, o que considera péssimo para o
305 Conselho e que gostaria que a Comissão que debaterá a reserva técnica não visse apenas



306 a relação do comerciante com o profissional, mas que ampliasse direitos e legalizasse o
307 trabalho de arquitetos que são 70% autônomos, ampliando seu campo de trabalho. O
308 conselheiro **JOSE ROBERTO MERLIN** perguntou se poderia participar da Comissão, para
309 que o assunto não fique restrito à fiscalização ou à CEP. A presidente respondeu
310 considerar possível a participação do conselheiro e pediu a inclusão de seu nome. A
311 conselheira **AMARILIS DA SILVEIRA PIZA DE OLIVEIRA** que já participa da Comissão
312 esclareceu que ela foi criada justamente para fazer uma análise de não criminalização
313 do arquiteto e pensando na sua valorização e em como a relação de reserva técnica
314 acontece. O conselheiro **SORIEDEM RODRIGUES** pediu a inclusão de seu nome na
315 Comissão, dada a sua expertise no assunto por ser dono de uma construtora. A
316 presidente pediu que o conselheiro seja convidado a participar de reuniões da Comissão
317 e colocou em votação que contou com 45 votos a favor, nenhum contra e nenhuma
318 abstenção. **VII. ORDEM DO DIA: 5. Manifestação do CAU/SP sobre a formação do**
319 **arquiteto e urbanista (Origem: CEF-CAU/SP)** para a qual a presidente **CATHERINE**
320 **OTONDO** pediu a participação da conselheira **ANA LUCIA CERAVOLO** para falar sobre o
321 assunto. A Comissão de Ensino e Formação, de acordo com a conselheira, trouxe o
322 debate para o plenário, acerca da formação dos arquitetos e urbanistas, e fez uma
323 apresentação sobre as motivações da manifestação. Segundo ela, ainda é preciso
324 aprimorar a tese que consta nos processos judiciais, que o CAU discute, em relação à
325 modalidade do EAD em Arquitetura e Urbanismo, que está em elaboração e deve ser
326 divulgada nos próximos meses pelo CAU/BR, mas considerando a gravidade da situação
327 e como ela atinge a Arquitetura e Urbanismo, a CEF propôs que o CAU/SP se
328 manifestasse sobre o tema do ensino e da formação. De acordo com a presidente, o
329 CAU/BR tem sido muito solicitado sobre o assunto, mas quem dá o registro são os
330 CAU/UFs e hoje, da forma em que está colocada a questão, quem está sendo penalizado
331 é o elo mais fraco que é o aluno, que afinal cursou os cinco anos. **CATHERINE OTONDO**
332 ainda disse que esse é um grande desafio para Conselho nos próximos anos e é
333 importante entender como o plenário está recebendo e vendo a discussão. A
334 conselheira **ANA LUCIA CERAVOLO** fez então a leitura da Nota de Manifestação. O
335 conselheiro **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** considerou que o mais importante é a
336 distribuição dos arquitetos, porque não se encontra um arquiteto na periferia, junto
337 com a comunidade, na região de Americana, por exemplo, ele disse ser o único e muitos
338 dos estudantes que estão em escolas, consideradas menores, são os que mais vão para
339 as comunidades, porque saíram de lá. Para ele, quem mais precisa dos arquitetos são os
340 pobres e não os ricos e ainda abordou a questão da residência, que pode vir a corrigir
341 falhas na formação, para que o profissional não se torne aquele que apenas move um
342 sofá ou acende uma luminária. Ele ainda sugeriu que a CED, junto com a CEP, faça um
343 levantamento da concentração de arquitetos por região na cidade de São Paulo para se
344 ter um quadro melhor, para poder conversar com as universidades. A conselheira **ANA**
345 **LUCIA CERAVOLO** esclareceu que a CED está realizando o censo dos profissionais e das
346 instituições de ensino e que até o meio do ano poderão ter condições de discutir melhor
347 o tema como proposto pelo conselheiro. A conselheira **PAULA RODRIGUES DE**
348 **ANDRADE** disse que a nota apresenta pontos sensíveis em relação à postura do CAU,
349 como o fato do CAU/BR não ter firmado posicionamento político e jurídico sobre o



350 assunto, como a própria nota aponta, demonstrando a fragilidade jurídica para cobrar
351 qualquer demanda das universidades. Ela vê que a problemática não pode resultar
352 somente numa lista de conferência, de programa de necessidades e carga horária, como
353 aponta a nota, mas sim numa revisão teórica e prática das bases curriculares da
354 Arquitetura e Urbanismo, tendo em vista a nova realidade. Como docente há mais de
355 10 anos, a conselheira disse que os cursos de EAD são apenas a ponta do iceberg do
356 processo de desmonte do ensino, que está em curso há muitos anos. Para ela, antes de
357 apontar qualquer coisa ou definir limites e demandas para o CAU e para as faculdades
358 são preciso a consolidação jurídica e a construção, a partir disso, de uma postura
359 institucional que seja fruto de debates nacionais e regionais e que gere ações efetivas a
360 médio e longo prazo, para contribuir com a questão em suas bases. A conselheira **ANA**
361 **LUCIA CERAVOLO** argumentou que todo o esforço feito pela CED foi escrever a nota não
362 como docentes, mas a partir do papel do CAU e de suas finalidades enquanto autarquia,
363 que tem uma missão bastante definida. Segundo ela, não cabe discutir se o ensino é
364 bom ou ruim, embora todos estejam preocupados com isso como docentes, mas sim
365 qual a relação que, como Conselho, será estabelecida com as instituições de ensino. O
366 conselheiro **JOSÉ ROBERTO GERALDINE** esclareceu que foi retomado o diálogo, não
367 somente através do CAU, mas através da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura
368 que protocolou, em agosto do ano passado, uma proposta de revisão das diretrizes
369 curriculares junto ao MEC, que busca sanar esses problemas enfrentados, não só no
370 CAU, mas na maioria dos conselhos profissionais. Para a conselheira **JAQUELINE**
371 **FERNANDEZ ALVES** o que preocupa, antes que a nota seja enviada, é o ponto de que
372 não há oposição ao EAD, porque ela pessoalmente se opõe radicalmente, entendendo
373 que inclusive precariza a função do profissional que é docente também. A conselheira
374 **ARLETE MARIA FRANCISCO** complementou que a questão de valorização do ensino
375 anda juntamente com a valorização da profissão e que a argumentação de um
376 posicionamento contrário ao EAD deve ser técnica, considerando que há também, além
377 da questão política, holdings de instituições de ensino atuando no mercado. A
378 conselheira **DEBORA TOGNOZZI LOPES** questionou por que, além da residência, que é
379 uma maneira de tentar nivelar as formações, o CAU não menciona a possibilidade um
380 exame semelhante ao da OAB, que é algo que se discute há muito tempo, mas não
381 levado adiante. A conselheira **ANA LUCIA CERAVOLO** explicou que o curso de
382 Arquitetura precisa de uma banca presencial para a apresentação do trabalho de
383 conclusão de curso, com avaliador externo, não só docentes, e o que é entendido é que
384 uma prova só não vai resolver o problema, mas sim vai criar um mercado de cursinhos
385 para fazer a prova. Segundo ela, várias questões estão sendo discutidas, não há uma
386 conclusão, é um debate que está acontecendo e que com certeza precisa envolver mais
387 pessoas para que o CAU possa tomar uma decisão em relação a isso. A conselheira
388 **MARIA ALICE GAIOTTO** disse que teria tudo para ser a favor do EAD, por ser de cidade
389 pequena e que na época se tivesse o EAD teria sido muito fácil, mas é contra e que
390 muitos alunos de EAD questionam nas redes sociais se o CAU vai registrar o diploma
391 deles e muitos desistem do curso. Ela lembrou também a época da pandemia, na qual
392 foi necessário o ensino remoto e que o CAU tem a obrigação moral de abrir essa frente
393 de discussão. A presidente **CATHERINE OTONDO** passou então à deliberação, cuja



394 leitura foi feita pela conselheira **ANA LUCIA CERAVOLO**, e a votação contou com 46
395 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. **VII. ORDEM DO DIA: 6. Nota**
396 **técnica CEP-CAU/SP: Orientações sobre responsabilidades técnicas nos processos de**
397 **aprovação** a conselheira **FERNANDA MENEGARI QUERIDO** disse ser esta uma nota
398 importante para arquitetos e que dialoga com diversos atores da sociedade, das
399 prefeituras, o profissional que aprova projeto em prefeitura e agradeceu o apoio e
400 suporte dos funcionários e de todos que participaram e contribuíram e fez a leitura dos
401 itens da nota. O conselheiro **EDISON BORGES LOPES** reforçou que considera o tema
402 muito importante como pauta do CAU/SP, que faz parte do dia a dia dos profissionais e
403 que se reflete em processos nos conselhos de ética, sendo que a maioria dos
404 profissionais desconhece a necessidade dos contratos e que poderia até ser colocado no
405 site do CAU/SP. A presidente **CATHERINE OTONDO** parabenizou pelo trabalho e disse
406 que o CAU/SP tem o email das 645 prefeituras que podiam ser usados para também
407 enviar a nota de orientação. A conselheira **ARLETE MARIA FRANCISCO** também
408 parabenizou e disse ser importante porque as prefeituras são conservadoras e não
409 querem discutir reponsabilidade e o que é RRT de projeto e deve ser um trabalho
410 contínuo para que elas entendam o que é de fato essa responsabilidade. A conselheira
411 **FERNANDA MENEGARI QUERIDO** observou que um segundo problema que a CEP
412 entende que deve ser orientado aos profissionais é que muitas vezes têm prefeituras
413 que não exigem RRT de projeto, mas só de gestão de obra, ou seja, o profissional não
414 está de fato fazendo a execução e a Comissão discute agora uma nota técnica sobre os
415 limites e as particularidades da responsabilidade técnica, que é também um
416 instrumento de defesa e valorização do profissional. O conselheiro **EDERSON DA SILVA**
417 disse também considerar a nota bem clara, mas não sabe se esclarece os leigos, porque
418 a regularização de obras da maioria das cidades de interior é entendida como
419 incompetência do poder público na fiscalização, ou seja, ele não teve competência para
420 pegar uma obra que estava sendo construída de forma irregular, quer cobrar IPTU por
421 aquela obra, uma das vias é exigir que seja regularizada e, a partir daí, o proprietário
422 contrata um profissional que, mesmo sem ter executado a obra, passa a ser o
423 responsável, em função das exigências do poder público. De acordo com ele, a partir do
424 momento em que o poder público aprova uma obra e regulariza e ela foi construída sem
425 nenhum responsável técnico, só com RRT de laudo ou de desenho, o próprio poder
426 público está assumindo essa responsabilidade, e não o profissional que fez só um
427 levantamento de desenho, por exemplo. A conselheira **FERNANDA MENEGARI**
428 **QUERIDO** fez a leitura da deliberação e a presidente colocou em votação que contou
429 com 39 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. **VII. ORDEM DO DIA: 7.**
430 **Calendário de reuniões 2023 (Origem: CD-CAU/SP)** a presidente colocou o calendário
431 de reuniões para votação, que foi aprovado por aclamação. Quanto ao último item da
432 pauta, a presidente definiu, com anuência dos presentes, transferir para a próxima
433 reunião plenária, em virtude do quórum. **VIII. ASSUNTOS GERAIS: I. Lançamento da**
434 **Revista Móbile #25 e apresentação da Campanha de Valorização Profissional do**
435 **CAU/SP** A conselheira **SAMIRA RODRIGUES DE ARAÚJO BATISTA** informou que a
436 Comissão de Comunicação estava apresentando dois produtos – a edição número 25 da
437 Revista Mobile e o primeiro conceito e algumas peças da campanha publicitária e pediu



438 a contribuição de nomes para integrar o conselho editorial da próxima edição da Revista.
439 Quanto à campanha, foi aberta a participação para contribuições de todas as Comissões
440 durante o processo de desenvolvimento e integrantes da Comissão fizeram a
441 apresentação do conceito e de algumas peças publicitárias. A presidente **CATHERINE**
442 **OTONDO** observou que a ideia foi mostrar também, na campanha, a diversidade,
443 através das pessoas, usuários, dos espaços que são produzidos pelos profissionais de
444 arquitetura e urbanismo e encerrou a Reunião Plenária Ordinária, agradecendo a
445 presença de todos.

CATHERINE OTONDO

Presidente

Histórico da votação:

Reunião Plenária Ordinária Nº: 28/2021-2023

Data: 27/04/2023

Matéria em votação: IV. Discussão e aprovação da ata da 27ª reunião plenária ordinária

Resultado da votação: Aprovada por aclamação, sem manifestações contrárias.

Ocorrências: -

Secretária: Renata da Rocha Gonçalves

Presidente: Catherine Otondo